



Anais da Assembléia

Nº 125

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 28 DE SETEMBRO DE 1995

ANO XXI

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º - Secretário - PFL

EDGARD BUENO
3º Secretário - PSDB

JOÃO TECHI
4º Secretário - PPR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT	Deputado VALDIR LUIZ ROSSONI
PMDB	Deputado CAÍTO QUINTANA
PFL	Deputado ÉLIO RUSCH
PT	Deputado ÂNGELO VANHONI
PP	Deputado SÉRGIO SPADA
PPR	Deputado CÉSAR SELEME
PSC	Deputado JOCELITO CANTO
PTB	Deputado NELSON JUSTUS
PSDB	Deputado CEZAR SILVESTRI

Representação Partidária

PMDB — 12: Orlando Pessuti - José D. Mattos do Amaral - Cleiton Kielse - Nereu A. de Moura - Renato G. Adur - Ricardo Chab - Caíto Quintana - José Maria Ferreira - Celso Samis da Silva - Toti Colaço - José Tavares S. Neto - Luiz Cláudio Romanelli; PP — 10: Albanor J. F. Gomes - Dullio Genari - Irondi Pegliesi - Geraldo Cartário Ribeiro - Antonio Annibelli - Sérgio Spada - Augustinho Zucchi - Joel G. Coimbra - Neivo Beraldin - Edson Silva Lino; PDT — 10: Algaci Tulio - Antonio Belinati - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz R. Accorsi Motta - Edno Guimarães - Valdir Rossoni - Milton J. Pupio - Nelson Tureck - Walnor Trentini; PTB — 06: Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Alves - Anibal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Hermes Brandão; PFL — 06: Carlos Simões - Nelson Garcia - Remy Borsato - Élio Lino Rusch - Plauto Miró Guimarães - Basílio Zanusso; PT — 05: Emerson Nerone - Irineu Mário Colombo - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - Pérciles H. Mello - Angelo Vanhoni; PSDB — 03: Edgar Bueno - Beto Richa - Cezar Silvestri; PPR — 02: João T. Filho - César A. Seleme; PSC — 01: Jocelito Canto.

1.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 13.^a LEGISLATURA
ATA DA 094.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 28 DE SETEMBRO DE 1995

(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos Senhores Deputados Renato Adur e Toti Colaço.

Às dez horas, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgard Bueno, Techy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Ângelo Vanhoni, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Selene, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Irineu Colombo, Geraldo Cartário, Ironi Pugliesi, Joel Coimbra, José Marcos Alves, José Maria Ferreira, José Tavares, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Milton Puppio, Nelson Justus, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Samis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (51). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Antonio Belinati, Jocelito Cantto e Nelson Tureck (03).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO - Procede a leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Requerimentos:

REQUERIMENTO N.^o 2833

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência na apreciação e votação do Projeto de Resolução n.^o 041/95.

Sala das Sessões, em 28.09.95.

(aa) DUÍLIO GENARI

ALBANOR GOMES

TOTI COLAÇO

NEREU ALVES DE MOURA

JOEL COIMBRA

REQUERIMENTO N.^o 2837

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4.^o do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2.^a discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 28.09.95.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N.^o 2834

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada de votação do Projeto de Resolução n.^o 048/95 por 01 sessão.

Sala das Sessões, em 28.09.95.

(a) BETO RICHÁ

Apoio: Cezar Silvestri.

REQUERIMENTO N.^o 2820

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, seja consignado voto de pesar pelo falecimento do Senhor Porthos de Mello Sá, ocorrido dia 18/09/95, em Ponta Grossa.

Pessoa dedicada aos trabalhos junto à comunidade de Ponta Grossa, deixa uma profunda tristeza entre amigos e familiares.

Requer ainda que, da decisão desta Casa, seja dado ciência à família enlutada, residente à Rua A. Ribas, s/n, apto. 72, em Ponta Grossa - PR.

Sala das Sessões, em 28.09.95.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N.^o 2832

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, conste na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de pesar pelo falecimento do Senhor Lothario Schwab.

Pessoa ligada à comunidade de Ponta Grossa, desenvolveu vários trabalhos em benefício da mesma.

Requer ainda que da decisão desta Casa, seja dado ciência à família enlutada, residente à Rua Uruguai, 337 - Centro - Ponta Grossa - PR.

Sala das Sessões, em 28.09.95.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N.^o 2835

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de votos de congratulações ao Departamento da Polícia Civil do Paraná, na pessoa de seu atual Diretor Geral, Dr. Toleb Baleche, extensivo a toda a Corporação, em comemoração aos 142 anos de criação da instituição.

Requer ainda, sejam enviadas cópias deste ao Sindicato das Classes de Policiais Cíveis do Estado do Paraná (SINCLAPOL) e à Associação de Policiais Cíveis do Paraná.

Sala das Sessões, em 28.09.95.

(a) JOSÉ TAVARES

JUSTIFICATIVA:

Através do Decreto Imperial 1.237, de 28 de setembro de 1853, foi nomeado o primeiro Chefe de Polícia da Província do Paraná, institucionalizando-se assim a corporação da Polícia Civil em nosso território. De lá para cá, muitos policiais perderam a vida no cumprimento de seus deveres. Outros tantos ficaram feridos, com seqüelas. A todos eles, nossas mais profundas homenagens e todo o nosso respeito.

A todos os homens e mulheres que batalham diuturnamente nas mais diversas funções dentro da Polícia Civil paranaense, nosso sentimento de gratidão, renovado através destes votos de congratulações pela passagem de mais um aniversário de criação da instituição. A segurança pública, a proteção do cidadão e de seus bens, função maior dos bravos policiais civis, é trabalho que alguns poucos se dispõem a fazer. A Assembléia Legislativa do Paraná presta homenagem hoje a estes cidadãos.

REQUERIMENTO N° 2836

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, enviar votos de congratulações ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, pela escolha do nome Euclides Scalco, para a Presidência da Hidroelétrica de Itaipu.

Sala das Sessões, em 28.09.95.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 2827

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de Moção de Apoio à Juíza Denise Frossard, do Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, devido à sua atuação implacável no combate ao crime organizado naquele Estado, e também pela sabedoria na aplicação do Direito, conforme a legislação brasileira em vigor.

Sala das Sessões, em 28.09.95.

(a) JOSÉ TAVARES

JUSTIFICATIVA:

O País inteiro acompanha o trabalho da Meritíssima Juíza Dra. Denise Frossard, nos últimos anos. Seus feitos servem de exemplo para toda a magistratura brasileira. Sua dedicação ao trabalho e seu profundo conhecimento do Direito, aliados ao destemor e à sua competência, produziram fatos que reaproximaram a sociedade da Justiça.

Acreditar na justiça depois das sentenças proferidas pela Juíza Dra. Denise Frossard, combatendo o crime organizado no Estado do Rio de Janeiro, colocando contraventores "famosos" atrás das grades, entre outras medidas, é sentimento acalentado pelos cidadãos do Brasil. Por todo esse trabalho e performance dentro do que manda estritamente a lei, rendemos à Juíza Dra. Denise Frossard, daqui desta Casa de Leis, nossas homenagens e nosso apoio.

REQUERIMENTO N° 2826

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Secretário de Estado da Justiça e Cidadania, Dr. Edson Vidal, solicitando esclarecimentos sobre as denúncias de tortura, formuladas contra agentes de segurança da Penitenciária Estadual de Londrina - PR.

Sala das Sessões, em 28.09.95.

(a) JOSÉ TAVARES

JUSTIFICATIVA:

Vários detentos, segundo o que foi divulgado pela imprensa da região de Londrina, acusaram agentes de segurança da Penitenciária Estadual de Londrina - PEL, de estarem usando de tortura para "castigar" presos com problemas de comportamento. Destes, dois confirmaram aos promotores das Varas Criminais da Comarca, o uso do expediente de tortura.

Através deste, solicitamos ao Secretário de Estado, Dr. Edson Vidal, que esclareça todos estes acontecimentos envolvendo agentes de segurança da PEL e o tratamento dispensado aos detentos. A tortura, o País inteiro sabe e hoje reconhece, é instrumento que deve ser repudiado sob qualquer circunstância, por isso os fatos precisam ser esclarecidos e os eventuais responsáveis, punidos com as medidas cabíveis.

REQUERIMENTO N° 2829

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Nestor Baptista, digno Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, solicitando cópias de inteiro teor

dos seguintes protocolos: 2800/93, 43530/94, 43563/94, 6873/95, 6986/95 e 17524/95.

Sala das Sessões, em 28.09.95.

(a) DOUTOR ROSINHA

REQUERIMENTO N° 2828

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER envio de pedido de informação ao Excelentíssimo Senhor Reinhold Stephanes Júnior, Digno Secretário de Estado da Administração, solicitando:

1. Quantos Deputados Estaduais e Federais contribuíram com o Instituto de Previdência do Estado - IPE?

1.1. Quais são os Deputados, qual a contribuição mensal de cada um, mês a mês?

1.2. Respectivamente, sobre que salário contribuíram?

1.3. Cópia do demonstrativo de suas contribuições.

2. Na Folha de Londrina de 05/08/95, o Senhor Superintendente do IPE afirma que o número de pensionistas nas mesmas condições que a Senhora Rosi de Oliveira Busato são 64 (sessenta e quatro). Solicita a lista completa, com o nome do contribuinte e respectivos dependentes.

3. A Folha de Londrina (xerox anexo) de 16/08/95 informa que o Governo não tem efetuado o repasse para o IPE. Qual é a dívida total do Estado para com o IPE?

3.1. Especificar o acumulado ano a ano até 1994.

3.2. Para o ano de 1995, especificar qual deveria ser o valor do repasse e quanto foi mês a mês.

4. Recentemente a imprensa divulgou que o IPE foi obrigado, pelo Governo do Estado, a desfazer o acordo. Solicita documento comprobatório que o acordo foi desfeito e o montante pago devolvido.

Sala das Sessões, em 28.09.95.

(a) DOUTOR ROSINHA

REQUERIMENTO N° 2831

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, seja encaminhado ao Senhor Secretário da Fazenda, a solicitação das seguintes informações:

1 - Valores dos cheques emitidos no ano de 1994, e nome das entidades receptoras;

2 - Nome e endereço das entidades receptoras com o nome dos responsáveis;

3 - Data de emissão dos cheques.

Sala das Sessões, em 28.09.95.

(a) VALDIR ROSSONI

Projeto de Lei:

Curitiba, quinta, em 28.09.95

PROJETO DE LEI N° 379/95

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica assegurado o direito à isenção do pagamento de taxas, emolumentos e demais despesas decorrentes do registro de Atas de Fundação, Estatutos e suas alterações, às associações e entidades religiosas, culturais, científicas, desportivas e recreativas, comunitárias, assistenciais e representativas de classe, desde que sem fins lucrativos, expressamente previsto em seus atos constitutivos.

Art. 2° - A isenção prevista nesta lei abrange taxas e emolumentos cartoriais e as despesas decorrentes da publicação dos Estatutos no Diário Oficial do Estado.

Parágrafo Único - A Imprensa Oficial do Estado providenciará a publicação do extrato estatutário no prazo de 30 (trinta) dias, a partir do protocolo do requerimento.

Art. 3° - Não serão abrangidos pela isenção prevista nesta lei, os emolumentos, taxas e demais despesas decorrentes de registros posteriores aos que se referirem ao começo da existência das pessoas jurídicas objeto desta lei.

Art. 4° - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 28.09.95.

(a) JOÃO TECHY

JUSTIFICATIVA:

A nova concepção organizacional do Estado tem motivado a criação de um grande número de entidades não governamentais que congregam os mais diferenciados setores, interessados em contribuir para melhorar as condições de cidadania dos paranaenses.

Estas associações, conselhos, centros comunitários e demais entidades, sem fins lucrativos, muito têm auxiliado o Estado e os municípios no atendimento social, na valorização da cultura, do folclore e da qualidade de vida.

Considerando a importância do assunto, propomos um projeto de lei que tem por objetivo, a um só tempo, abranger todo o universo de entidades de forma a favorecer-las igualmente, tendo em vista a importância de sua atuação na comunidade, além de simplificar a legislação para consulta e controle dos órgãos competentes.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Declaro aberta a presente Sessão.

Convido o Senhor 1° Secretário a fazer a leitura do expediente.

O SR. 1° SECRETÁRIO (Renato Adur) - Não há

expediente a ser lido.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Não havendo expediente, passamos ao Pequeno Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Deputado Geraldo Cartário.

O SR. GERALDO CARTÁRIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

No dia de ontem, vi uma enormidade de faixas aqui colocadas, em frente à Assembléia Legislativa. Faixas cumprimentando Sua Excelência o Senhor Governador e demais autoridades do Estado, faixas vindas de Londrina, da Universidade Estadual de Londrina.

Quero dar parabéns aos Deputados da região de Londrina: Tavares, Belinati, Alborghetti, José Maria e outros daquela região. Mas quero dar as minhas condolências aos Deputados de Curitiba e aos da Região Metropolitana de Curitiba.

Ponta Grossa, Maringá, Londrina e Cascavel, hoje têm a sua universidade e ampliações e reformas estão sendo feitas. As Universidades do Estado são pagas única e exclusivamente com recursos do Estado, certamente do ICMS que o povo paga e quando dou as minhas condolências aos Deputados de Curitiba, dou aos Deputados Algaci Túlio, Luiz Carlos Martins, Carlos Simões ou ao Romanelli, inclusive Anibal Khury, Dr. Rosinha, Cesar Seleme e Accorsi, porque é a maior injustiça que se faz com o dinheiro que o contribuinte paga na região de Curitiba e Região Metropolitana.

Colombo, Araucária, São José dos Pinhais, Campo Largo, Almirante Tamandaré, cidade do nosso companheiro e Líder do Governo, Algaci Túlio, incluindo, na Cidade de Curitiba, os bairros, o Governo do Estado, apesar da receita - se é maior a receita nessa região - não paga um centavo sequer com o ensino do 3º grau, numa população aproximada de 2 milhões de habitantes.

É realmente uma das maiores injustiças que se faz com o mais pobre, com um filho do trabalhador, com um filho da classe média, onde irão perguntar: "Mas Curitiba tem a Universidade Federal!". A Universidade Federal do Paraná não tem um centavo de despesa dos recursos do Tesouro ou do Governo do Estado, e também existe aqui a Católica ou a Tuiuti, mas têm que ser pagas, enquanto que todas as Universidades em cidades-pólo do interior do Estado do Paraná, têm as suas faculdades gratuitas. Existem faculdades no interior do Estado do Paraná que têm professores e não têm alunos. Por isso, quero registrar aqui, as condolências aos representantes de Curitiba e Região Metropolitana, no qual esses Deputados se incluem.

Sinto o que aconteceu aqui há dois dias, numa votação do ICMS, quando tenho que dar os parabéns à Cidade de Foz, mas tenho que dar as condolências aos Deputados desta Casa, especialmente aos Deputados que lutaram para que houvesse uma melhor distribuição do recurso, que não entra nos cofres do Estado. Certamente quando se fala em distribuição de recursos do ICMS, se considera o que entra no caixa.

E infelizmente, o cidadão de alguns municípios que a COPEL não teve a competência e a capacidade de levar luz na sua casa. Este cidadão compra um pacote de velas e paga o ICMS e este ICMS é outorgado a Foz do Iguaçu. E ele continua no escuro.

Por esta razão, Senhores Deputados, faço um apelo a que todos estejam presentes na próxima segunda-feira, 17 horas, quando Sua Excelência, o Senhor Presidente Anibal Khury, autorizou e a Assembléia aprovou, um requerimento para uma Sessão Extraordinária com a presença de prefeitos, de deputados federais e dos deputados que integram esta Casa, para iniciarmos um debate sobre assuntos sérios. Pois não mais podemos aceitar esta afronta com os recursos que o povo paga. Numa cidade de 100 mil habitantes, tem 100 mil consumidores pagando ICMS. Não é justo que uma cidade de 5 mil habitantes receba o retorno desse imposto acima de cidades com mais de 100 mil habitantes, como acontece. Nós temos essa autoridade constitucional de legislarmos sobre os 25% de competência do Estado.

Então, segunda-feira, será o dia para iniciarmos esse trabalho.

Finalmente, gostaria, apenas, de um minuto mais para fazer um apelo ao Líder do Governo, que não permita que o Secretário de Segurança fique nomeando delegados de polícia que não conhecem a cidade. E que não têm conhecimento de polícia nem Militar, nem Civil. São pessoas bajuladoras, incompetentes e oportunistas, que não têm profissão e se agarram no esquema político e ficam invadindo comunidades das quais nunca ouviram falar. E que ali chegam portando revólver na cinta e dando uma de delegado.

Se o Estado não tem capacidade ou condições técnicas financeiras para ter bacharéis em todas as cidades, pelo menos respeitem a comunidade e os municípios e nomeiem apenas delegados. Não precisa ter escolaridade, como aqui a lei não o permite hoje, mas pelo menos respeitem o povo dos municípios. E que o delegado eleito, politicamente, seja pelo menos um cidadão da comunidade, que more na cidade. Que não seja um aventureiro metido a policial, que chega nas comunidades do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Pela Ordem, a palavra com o Deputado Duílio Genari.

O SR. DUÍLIO GENARI - Apenas para registrar a presecução do Vereador Jovino Canavense e do Vereador Odair Marcari, do Município de Toledo.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Está registrado.

Com a palavra, o Deputado Irineu Colombo.

O SR. IRINEU COLOMBO - Senhor Presidente, Luiz Carlos Zuk, Senhores Deputados, Deputado Élio Rusch, o que me traz à tribuna hoje é um pronunciamento que já vinha adiando há vários, aliás, não adiei, pensei em fazê-lo, mas o momento me obriga a falar sobre a questão da reabertura da Estrada de Colono, um assunto que os Deputados do oeste conhecem, notadamente os dois Deputados Élio Rusch e Duílio Genari, porque já trabalhavam nesta questão, no período passado.

Neste sábado, a convite da Associação dos Vereadores do Oeste do Paraná, será cobrada uma posição do Presidente da Associação dos Municípios que defendem a reabertura da Estrada do Colono, estrada esta que cruza o Parque Nacional do Iguaçu, ligando os Municípios de Capanema a Medianeira ou em breve ao futuro Município de Serranópolis do Iguaçu. Posição será cobrada à EPOPEC, a Associação que cuida dessa questão, porque o processo está em banho-maria.

Para que os Senhores Deputados entendam o nosso pronunciamento, esta estrada começou com a abertura de um pique do Prestes. Em 1923, quando saiu de Santo Angelo, lá do Rio Grande do Sul, Luiz Carlos Prestes chegou no Paraná, passando pelo Parque Nacional do Iguaçu. Por aquela estrada passaram entre tantas famílias a família Mazzotti, de São Miguel do Iguaçu, já em 1941. Depois passaram-se naquela época com os jipes. Depois, as famílias...

Notadamente a minha família, do meu pai, Senhor Geraldo Colombo, passou ali em 1953. Em 1954 foi criado o Parque Nacional do Iguaçu. Só que a estrada existia de fato, mas não existia de direito. Com o zoneamento do Parque Nacional do Iguaçu. Não se permitiu o tangenciamento do Parque. Considerada aquela parte do Parque Nacional do Iguaçu uma das maiores reservas de florestas tropicais do Brasil, não é permitido o tangenciamento, quer dizer, cortar o parque. Apenas, lá na ponta do Parque, em Foz do Iguaçu, se permitia ter uma estrada. Por quê? Porque, claro, tem dados técnicos, por exemplo, o ambiente, a área geográfica que ocupa para sobreviver uma

onça, uma jaguatirica ou outro animal qualquer, tenham o espaço mínimo necessário. Se você tangenciar o Parque, tem dificuldades.

Porém, o grande questionamento é se a estrada já existia, o impacto já tinha sido feito sobre aquele meio ambiente. Apenas que no momento de fazer o asfaltamento, em 1986, de maneira considerada irregular, naquela época participei inclusive do comício do asfaltamento com o Governador de então, o Governador José Richa, um cidadão de Foz do Iguaçu entrou com processo na justiça para não permitir o asfaltamento. Resultado: o Procurador da República, já que os Parques Nacionais estão na alçada federal, entendeu que a estrada era ilegal. Portanto, mandou ao juiz um pedido de que trancasse definitivamente a estrada. Trancou-se a estrada em 1986.

Logo após isto, foi dada entrada numa ação judicial tentando a reabertura, e ganhamos no TRF de Porto Alegre, por 4 a 0, que a sentença fosse anulada, que fosse procedido o policiamento, porque já havia os contrapassos do processo, quando abriu-se a possibilidade de fazer uma perícia técnica, até com participação internacional. Mas naquele momento havia dificuldades financeiras e o Estado do Paraná é réu, juntamente com os municípios da questão, e o Estado do Paraná, através de sua Procuradoria não interveio no momento certo, o que deu ao Procurador da República brechas para dizer que um dos réus não tinha interesse nenhum, na estrada. E também, naquela época, o Governador Álvaro Dias não depositou em juízo, os valores, os honorários necessários para a perícia.

Muito bem, agora o processo se encontra ainda em Porto Alegre, porque com a decisão de 4 a 0 o Procurador da República entrou com um recurso especial que foi indeferido, de ofício, pelo Presidente do TRF. Em seguida o Procurador da República entrou com agravo de instrumento que está desde o dia 16 de dezembro de 1994, parado em Porto Alegre. Tem vários contrapassos o processo e aí vamos esclarecer para os Senhores porque vamos defender a reabertura da Estrada do Colono, está em banho-maria e a gente está querendo cobrar das pessoas ligadas à questão, uma ação mais efetiva, porque a associação que congrega os municípios e os réus que têm advogados, trocou duas vezes de advogados, tem problemas sérios, mas ela ainda detém o conhecimento de causa. Não serei eu, como Deputado, que interferirá no andamento daquilo que eles já têm acumulado, em termos de análise da questão.

Então para que os Senhores entendam porque defendemos, porque a relação com o

meio ambiente não se dá de forma planfetária e não se pode desconhecer que a integração ao meio ambiente se dá de uma forma articulada com o homem.

Eu conversava, há poucos dias, com um Deputado do Partido Verde, lá na Alemanha, que participa do Parlamento europeu, e ele dizia que exatamente esta fase da gente discutir meio ambiente com relação ao que é verde, isso é um maniquísmo. Na verdade temos que discutir meio ambiente desde o nosso apartamento no 12º andar de um prédio, e não naquilo que se entende como natural, aquilo que está intocável, é uma integração de processos, e aí é que vou na defesa desta estrada.

É claro que não podemos defender a estrada simplesmente com asfaltamento, sem um critério lógico, mas já existe um estudo que está sendo monitorado pela ONU, há pesquisas com os animais, com a flora, e já tem um pré-projeto, para que tenhamos um tangenciamento adaptado à realidade ambiental, à flora e à fauna, para que possamos ali, interligar os povos, o Oeste com o Sudoeste, Medianeira-Capanema, que também, por sua vez ligará com a Argentina. E aí entramos na questão da integração com o MERCOSUL. Temos uma BR-277, Cascavel-Foz do Iguaçu, saturada, temos uma interligação Capanema-Argentina, em plena hora em que se discute MERCOSUL, com problemas sérios de integração ali, e temos também a Estrada do Colono, da qual estou em defesa.

Parece-me que o Deputado Élio Rusch gostaria de fazer alguma manifestação.

O Sr. Élio Rusch - Muito obrigado, Deputado.

Deputado Irineu Colombo, veja o que acontece na legislação hoje vigente em nosso país e também porque não dizer, no universo.

Vossa Excelência vai à tribuna e faz uma ampla explanação, pena que o Deputado Romanelli não esteja prestando atenção num assunto tão importante, que interessa não só à região Oeste, mas que interessa a todo o Estado, e porque não dizer, ao Brasil. Porque a Estrada do Colono surgiu para que os pioneiros que viessem a desbravar a região Oeste do nosso Estado e porque não dizer, do próprio Mato Grosso, se utilizar exatamente daquela picada, daquela estrada de chão que cortou o Parque Nacional e que servia para desbravar exatamente a nossa região e construir o futuro, quer dizer, aquilo que temos hoje, a agricultura, em todos os aspectos.

Agora, vimos que quem pediu para que essa estrada fosse trancada e entrou na justiça, foi um cidadão de Foz do Iguaçu. Parece que o Município de Foz do Iguaçu impede exatamente o desenvolvimento inte-

grado da nossa região. Se não bastasse que o Município de Foz do Iguaçu trancasse a Estrada do Colono, ainda impede que os demais municípios tenham participação no ICMS gerado pela Hidrelétrica de Itaipu. Quer dizer, se fizermos uma avaliação, o Município de Foz do Iguaçu quer tudo para ele. Eles querem que as pessoas se desloquem do Oeste do Paraná para o Rio Grande do Sul, passem por Foz do Iguaçu para a Argentina, sai em Porto Xavier no Rio Grande do Sul, não permite que o Sudoeste do Estado do Paraná, que as cidades de Capanema, Planalto, Santa Catarina, não sirvam de passagem, quer dizer, foram eles que impediram, mais uma vez, e foram eles que fecharam a Estrada do Colono. E faço a seguinte colocação aqui na Assembléia Legislativa. Qual é a diferença de uma estrada, que seria a Estrada do Colono, que serve para transportar o progresso, as riquezas que são produzidas em nosso Brasil, qual é a diferença da Estrada do Colono com uma estrada que serve para levar o turismo para as Cataratas de Foz do Iguaçu?

A estrada que leva até as Cataratas corta o Parque Nacional, tem que ser fechada, se não abrir a Estrada do Colono. Sou um dos defensores que tem que fechar essa estrada também. Porque a lei não pode ter dois pesos e duas medidas.

O Parque Nacional do Iguaçu é um patrimônio da humanidade, Deputado Luiz Carlos Zuk. Na Argentina tem uma estrada que corta o Parque Nacional. Por que no Brasil não pode? Por que na Argentina pode? Por que no Brasil podem passar os turistas e não podem passar as riquezas? Que discriminação. O que está acontecendo? Parabéns Deputado Colombo. Sei que V. Exa. é um defensor do progresso, do desenvolvimento integrado da nossa região. Porque V. Exa. na terça-feira saiu às 10:00 horas de Cascavel, debaixo de chuva, para estar presente aqui para votar a favor da distribuição do ICMS, enquanto muitos Deputados e a Assembléia fecharam os olhos diante disso.

Vejam, Srs. Deputados, quanta injustiça se faz na Região Oeste do Paraná e estamos vendo que o causador é apenas a mesma cidade, não posso culpar o Município de Foz do Iguaçu, mas é o cidadão de Foz do Iguaçu que entrou na justiça e pediu que fosse trancada a Estrada do Colono. Isso é lamentável e agora novamente Foz do Iguaçu impede o desenvolvimento integrado da nossa região, querendo a concentração única e exclusiva do ICMS na sua mão.

O SR. IRINEU COLOMBO - Só quero, antes que eu cometa alguma injustiça dizer que, entre outros Deputados que estão em sintonia com esse problema está o Deputado Caí-

to Quintana, que é lá de Planalto, que tem histórias nesse Parlamento em defesa da Estrada do Colono.

Quero dizer que esse cidadão chamado Arnóbio, realmente é de Foz do Iguaçu e já esteve aqui no meu gabinete, tentando dar explicações a sua moda, de como aconteceu todo o processo. Mas temos aí o processo completo, ele está hoje ao redor de 1.500 páginas, é uma coisa complicada.

Queremos acima de tudo que o Governo do Estado do Paraná acene com a possibilidade de dar o apoio integral à questão, vamos chamar de uma "Estrada Ecológica", que seria a primeira "Estrada Ecológica" do Brasil. Seria uma experiência interessante, mesmo porque, Deputado Élio Rusch, os estudos da fauna e da flora, aliás todas as pesquisas do Brasil estão meio ruins, mas esta floresta tropical que é o Parque Nacional do Iguaçu, os estudos estão completos, exatamente por causa do trancamento e de toda essa luta que estamos desempenhando.

Começaram vir pesquisadores de Universidades dos Estados Unidos que estão monitorando o andamento dos animais, das aves e também tirando as amostras de árvores das espécies, um dos exemplos são os biólogos que estão fazendo esse manejo, colocando transmissores e faz com helicóptero o acompanhamento para ver a abrangência geográfica. Então tudo o que se fala em termos de estrada, passa exatamente por essa análise pericial, por essa análise científica do Parque Nacional do Iguaçu. E acima de tudo, nós temos que defender a passagem articulada onde o homem não seja um empecilho ao meio ambiente e sim, viva em simbiose com o meio ambiente, quer dizer, nós precisamos dele, uma articulação.

Então por isso estamos substituindo essa questão da Estrada do Colono por uma expressão "Estrada Ecológica"; já que lá temos uma maior concentração de ecologistas. Se não vejamos, os nossos agricultores cuidam das matas ciliares, coisa importantíssima. Temos abastecedores comunitários, que abastecem as máquinas agrícolas, vai muito pouco agrotóxico aos rios por conta tanto do manejo do solo, como dos implementos agrícolas usados nessa tarefa. Temos bosques, temos praças, temos o cuidado com a qualidade da água dos rios, o controle absoluto com as moradias, dos chiqueirões que existem ali, dos criadores de suínos, quer dizer, existe um cuidado especial com o ambiente, é um compensação disso.

Agora podemos ampliar muito mais a compensação ecológica com Programa integrado, com o Governo do Estado para aquela Região e quem sabe proporcionar até um turismo ecológico. Fazer o Parque Nacional não um ambiente arredio, intocável como se

fosse um museu, mas sim numa coisa que se integra ao homem para estudá-lo, para analisá-lo, para compreendê-lo, e sei que entre tantos outros defensores dessa estrada, está o meu Presidente do Partido dos Trabalhadores, o Vereador Jorge Samek, que conhece muito bem a realidade, porque a família dele é de São Miguel do Iguaçu.

Concedo o aparte solicitado ao Deputado Luiz Cláudio Romanelli.

O Sr. Luiz Cláudio Romanelli - Ouvia o seu discurso e ouvia o aparte do Deputado Élio Rusch.

Certamente são motivações diferentes que levam Vossa Excelência à tribuna e o aparte do Deputado Élio Rusch, ainda está com a razão, diga-se de passagem, ressentido com a Cidade de Foz do Iguaçu, fruto da votação desta semana, quando a parcela do ICMS acabou ficando para Foz.

Agora, creio que essa questão da "Estrada do Colono" é uma discussão que se trava há mais de 12, 13 anos no Paraná, desde que, numa sábia decisão, a Justiça Federal determinou que essa estrada fosse fechada num momento em que o Governo queria fazer ali uma chamada "Estrada Parque", para cortar o Parque Iguaçu. E o Senhor descrevia - com muito conhecimento, porque Vossa Excelência é um Deputado que tem muito preparo e conhece a região - justamente o que acontece a chamada biodiversidade daquela floresta tropical, que é a última depois da Serra do Mar, a última floresta tropical que temos no Paraná, que é uma coisa linda, extraordinária, fantástica. E é compreensível a situação das cidades de Medianeira e Capanema e dos municípios que estão em volta e que seriam beneficiados com a reabertura da estrada. Mas V.Exa. pode compreender e o Deputado Élio Rusch também, que o interesse da Aldeia não se pode sobrepor ao interesse global, ou seja, é indispensável que se mantenha a estrada do colono fechada. Ela violenta o Parque Nacional do Iguaçu, ela abre o grande caminho para a extração não só das reservas florestais, mas fundamentalmente para a exploração daquela floresta. Nós sabemos muito bem como é que funcionam as coisas no Brasil, por isso claro que é um rigor excessivo se manter fechada a estrada, mas também o é se nós assistísimos aqui paranaenses a violação desta reserva florestal tão importante não para nós, mas para as futuras gerações que vão habitar aqui nesse Paraná e nesse Brasil.

Por isso quero manifestar que o movimento ecológico paranaense, nacional e mundial que clamou pelo fechamento da Estrada do Colono, ainda está vivo, e as razões que levaram a isso, Deputado Colombo, V.Exa. que tem essa visão do que acontece no Brasil e no Paraná sabe muito bem que

por trás das boas intenções que V.Exa. tem, pode ter muita gente que tem interesse, interesses comerciais, que visam violentar a floresta.

Quero parabenizar V.Exa., mas fazer esse contraponto da necessidade de se manter fechada, compreendendo a luta de Capanema, de Medianeira do Oeste, mas claro que esse não é um problema de Foz do Iguaçu, é um problema que transcende a aldeia e é um movimento, uma luta do movimento ecológico em todo o mundo para fazer a manutenção da biodiversidade das nossas florestas.

Muito obrigado.

O SR. IRINEU COLOMBO: Gostaria de dizer que naquela ocasião, o então governador do PMDB queria a abertura com asfaltamento desregrado. Era o José Richa. Agora tem outro Secretário do PMDB.

O Sr. Romanelli - Graças a Deus não é mais do PMDB, não.

O SR. IRINEU COLOMBO - Mas entrou como sendo. Defende também a questão da reabertura da estrada.

Senhor Presidente, estou encerrando: dizer que pouca gente, muito pouca gente conhece a realidade.

Esta questão de a gente estar abrindo a estrada, você abre uma vala comum para destruição desregrada, isto fala quem não conhece o assunto, porque lá, com a estrada, se dará possibilidade de cuidar do parque, com a polícia especializada e que não existe, mas precisa existir. Os maiores ecologistas lá são os colonos que vivem em harmonia com o parque. Têm elementos que vão caçar no parque, mas, por incrível que pareça, vêm de outras regiões, porque ali já existe uma convivência extremamente harmônica, sem problema nenhum.

Então, dizer que a Estrada do Colono vai trazer prejuízos; fala isso com quais dados científicos? Não tem dados científicos, não tem estudo. O único estudo do Parque Nacional do Iguaçu é esse aqui, único. É essa quantidade de folhas.

O Sr. Romanelli - A Estrada vai trazer gente de fora, o forasteiro.

O SR. IRINEU COLOMBO - Mas já tinha antes. Existe a estrada há mais de 20 anos, sem nenhum critério e ninguém tocou nisso.

O Sr. Romanelli - A estrada foi fechada no momento em que se queria violentar a floresta.

O SR. IRINEU COLOMBO - E por que nós não discutimos o policiamento e estudo de viabilidade da construção de uma estrada

ecológica. Então não podemos ser parciais nessa análise. Temos que estabelecer um critério científico e é isso o que estamos defendendo. O Tribunal deu 4 a zero para nós e para que façamos o policiamento. É isso o que queremos. Nós temos certeza que com a perícia, traz às claras os dados técnicos e ecológicos e nós temos a função de explicar esses dados e, quem sabe, numa ocasião, vamos fazer uma visita e conhecer de perto, conversar com alguns biólogos que porventura estejam lá, das universidades americanas, que estão fazendo estudo daquela floresta e daquela fauna.

Obrigado Senhor Presidente. Muito obrigado e prometemos voltar ao assunto.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Encerrado o Pequeno Expediente.

Não há oradores no grande expediente.

No Horário das Lideranças, concedo a palavra ao PFL.

Com a palavra o Senhor Deputado Élio Rusch.

O SR. ÉLIO RUSCH - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Apenas para deixar registrado nessa sessão de hoje a nossa não concordância de um declaração da prefeitura de Foz do Iguaçu, estampada em alguns jornais do nosso Estado, quando o município de Foz contesta os números que a Imprensa tem divulgado. Nós falamos, na último terça-feira, no dia da votação do veto do ICMS, que o ICMS gerado por Itaipu e atribuído ao Município de Foz do Iguaçu, chegava algo em torno de 1 milhão, 1 milhão e 500 mil reais. Nós não tínhamos os números exatos, como não temos até agora. Mas o bolo deve ser algo em torno desses valores.

O Município de Foz, hoje, através da imprensa tem estampado que esse bolo chega a 800 mil reais. Mas que seja só 800 mil. Veja, Senhores Deputados, 800 mil reais que são retirados de 370 municípios do Estado do Paraná e atribuídos única e exclusivamente ao Município de Foz do Iguaçu.

O Deputado Geraldo Cartário é um Deputado que há muitos anos tem levantado a sua voz aqui, na Assembléia Legislativa, e tem contestado exatamente a Lei Complementar 63 que dá o direito aos municípios que exportam produtos e são imunes do ICMS de um Estado para outro, mas que podem se creditar pelo ICMS. Vejam Senhores Deputados, Foz do Iguaçu é a única beneficiada em detrimento aos 15 municípios do Lago de Itaipu. E os demais municípios ao longo do Rio Iguaçu, aos demais municípios ao longo das usinas hidrelétricas que dividem o nosso Estado, com o Estado do Mato Grosso e explorado através das Usinas da CESP. E outras hidrelétricas que haverão de ser instaladas no Estado.

Outro número que o prefeito de Foz do Iguaçu tem contestado em relação aos valores do ICMS. Gostaria de mostrar um outro número aqui para a Assembléia Legislativa. O Município de Curitiba arrecadou em ICMS - no mês de agosto, 9 milhões 449 mil 579 reais e 97 centavos. Com 1 milhão 313 mil e 94 habitantes conforme o censo 91. O Município de Foz do Iguaçu arrecadou no mês de agosto, 3 milhões 9 mil 684 reais e 26 centavos. Com uma população de 190 mil 115 habitantes. O que dá uma receita per capita de ICMS para Foz de 15 reais e 99 centavos. Curitiba pela sua receita e pela concentração das indústrias é o município que mais arrecada e que mais devia receber per capita também do ICMS. Recebe apenas 7 reais e 19 centavos. Londrina, onde o prefeito tem contestado em Foz do Iguaçu, recebeu no mês de agosto - Londrina e Maringá juntos - receberam no mês de agosto 3 milhões 460 mil 860 reais e 72 centavos. Uma receita per capita para as duas cidades de 5 reais e 73 centavos. Enquanto que Foz tem uma receita per capita de 15 reais e 99 centavos. Quase idêntico à receita: 3 milhões e 400 para 630 mil habitantes. E Foz com 190 mil habitantes recebe mais de 3 milhões de reais.

Com que argumentos o prefeito de Foz quer contestar? Quais argumentos que existem para isso? Não é justo! Não é certo! E a Assembléia foi injusta na terça-feira, analisaram só Foz do Iguaçu, não analisaram os municípios do Deputado Rossoni, do Deputado Cezar Silvestri, do Nelson Justus e de tantos outros Deputados mais.

O Sr. Valdir Rossoni - Permite um aparte, Deputado? (Assentimento).

Ouçõ os seus lamentos sobre a questão da não aprovação deste projeto e eu não gostaria mais de voltar a este assunto, porque o que ocorreu na terça-feira aqui foi algo de lamentável. Primeirolamentável porque os quatro Líderes, do PFL, do PDT, do PSDB e do PTB, fecharam questão para a derrubada do Veto e lamentavelmente os nossos liderados não votaram conosco. A outra questão que quero enaltecer aqui neste momento é a união da Bancada do PMDB, fecharam com Foz do Iguaçu e foram corretos. Votaram, fizeram reunião e foram corretos. E o que mais eu estranho é de que parece que este projeto tinha dono. Era o Deputado Élio Rusch, o Deputado Rossoni, o Deputado Cezar Silvestri. Não tinha dono. Deputados que tinham interesse nestas áreas para atender os seus municípios não levantaram uma palha a não ser boicotar este projeto. E gostaria de pedir a V.Exa. pelo respeito que tenho, acho que o silêncio neste momento, é muito mais importante. Pude chegar em casa e ver meus filhos com a dignidade de quem defendeu os

interesses dos meus municípios. Agora, acho que muita gente aqui não pode ter esta felicidade, porque tenho a certeza absoluta. Ora, Deputado Élio Rusch, nós na votação em aberto nós fizemos 36 votos. A convicção, realmente, de Foz do Iguaçu foi muito forte, o convencimento foi muito forte e nós temos que nos curvar a este convencimento porque nós não tivemos esta mesma capacidade de convencer para tentar fazer justiça. Não conseguimos fazer justiça. O importante, e tenho feito isto aqui no meu dia a dia, é levar a minha posição dentro desta Casa uma posição firme, uma posição correta. Acho que nós deveríamos parar de falar neste assunto, porque se não desgasta, judia da parte emocional da pessoa. Eu estou emocionalmente há dois dias, que eu deito, durmo, dali meia hora me acordo e lembro dessa votação, porque eu vejo muita gente aqui fazendo discurso municipalista. Nós vamos ter que travar aqui um debate com os defensores do municipalismo, porque de repente esse municipalista convicto, de repente se comoveu tão rapidamente e o municipalismo dele, de repente na votação secreta, esse municipalismo foi embora. São certas coisas que eu não consigo entender. Lamento profundamente que muitos companheiros desta Casa não olharam o interesse da maioria e sim da minoria. É claro que Foz do Iguaçu passou por cima de nós como um trator, mas manda quem pode, obedece quem precisa.

Nós continuamos a obedecer.

O SR. ÉLIO RUSCH - Muito obrigado, Deputado Rossoni.

Realmente os municipalistas são muitos na Assembléia Legislativa. Os defensores de uma reforma tributária, os defensores de uma redistribuição da Receita e da renda em nosso País são muitos, mas quando têm a oportunidade de fazê-la, não fazem, porque nós tivemos a oportunidade de fazê-la, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Deputado Toti Colaço, Vossa Excelência que é coordenador do Bloco Municipalista, nós vamos ver daqui para a frente qual vai ser o posicionamento do Bloco Municipalista da Assembléia Legislativa, porque o Bloco Municipalista ficou em silêncio, calou-se, diante desta votação, já no projeto, já no Veto e nós que somos municipalistas por excelência, como tantos outros Deputados também o são, nós quando tivemos a oportunidade de fazer uma reforma tributária, uma redistribuição mais justa, a Assembléia não o fez.

Entendo, Deputado Valdir Rossoni, a sua preocupação, a sua revolta, como a nossa revolta também não poderia ser diferente.

Nós estamos revoltados, porque nós sentimos que foi feita uma grande injusti-

ça. Mas eu disse já no dia da votação, nós que somos democráticos, infelizmente, a democracia nos ensina isto ou felizmente nos ensina isto acatar, aceitar a decisão da maioria.

Agora qual foi o convencimento do município de Foz, nós não sabemos, talvez os argumentos tenham sido mais fortes que os nossos, só isso, porque só tinha um município que tem brigado para a manutenção do Veto, ou para a concentração dos recursos somente nos municípios sedes das hidrelétricas. Quantos municípios nós prejudicamos, mais de 60 municípios tiveram prejuízo.

Tinha que fazer esta manifestação, Deputado Rossoni, porque hoje de manhã vi estampado na imprensa, e diante desses números eu não podia me calar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Concedo a palavra ao Deputado Toti Colaço.

O SR. TOTI COLAÇO - Sr. Presidente.

Apenas para deixar claro ao Deputado Élio Rusch, que nós podemos perfeitamente travar um bom debate, ainda nesta questão, podemos falar sobre o Bloco Municipalista, podemos falar sobre a subscrição do Bloco, podemos falar sobre uma reunião do Bloco que foi marcada antes dessa Votação, e que não compareceu nenhum Deputado, e praticamente todos os membros do Bloco foram convidados a participar. E dizer a V.Exa. que o Bloco Municipalista está atuante, está atento, não vai deixar de existir pelo fato de um projeto de sua autoria, de um Veto que estava apostado a um projeto, e que foi mantido, não é por este motivo V.Exa. colocou muito bem, me parece que o Deputado Waldir Rossoni, o Veto apostado pelo Governador Jaime Lerner, o Veto foi apoiado pela maioria quase que absoluta da própria Bancada do Governo. O Líder, Algaci Túlio, teve a delicadeza, ou teve a oportunidade de liderar a Bancada da forma que conviesse a cada parlamentar.

Acho que V.Exa. não está sendo justo nas suas colocações quando ameaça envier para cima do Bloco, o Bloco não é meu, o Bloco é da Casa, numa Votação aonde o próprio Bloco que dá sustentação ao Governo votou contrariamente. Acho que o Deputado Rossoni colocou muito bem, é um assunto que já a Inés é morta, é tarde, a decisão foi pela maioria aqui dentro, o assunto é morto.

Agora que tem que assumir a Votação, os Partidos, a liberação dada pelo Deputado Algaci, isso aí afrouxou todo um compromisso aí que pudesse haver, até da Casa, como um todo.

Mas podemos voltar ao assunto a semana

que vem, a respeito do Bloco Municipalista, deste assunto ou de um outro assunto qualquer. Quero deixar claro que não estou fugindo da raia para um debate, para um confronto que tenha a ver com a minha pessoa dentro da Casa.

O SR. PRESIDENTE - Concedo a palavra ao Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Venho à tribuna para comunicar a esta Casa a realização, no Centro de Convenções de Curitiba, entre os dias 4 e 6 de outubro, do 63º Encontro Nacional da Indústria da Construção, promovido pela Câmara Brasileira da Indústria da Construção e pelo Sindicato da Indústria da Construção Civil no Paraná.

Curitiba foi escolhida para sediar o encontro nacional dos construtores justamente no momento em que o Plano Real passa pelo seu mais severo teste, com a desaceleração da economia e suas consequências.

Vimos como encolheu o mercado de trabalho. Na Grande Curitiba, 25% dos trabalhadores da construção civil estão desempregados. A consequência - todos sabemos - logo aparecerá em forma de mais atendimentos para doentes na rede do Sistema Único de Saúde, mais problemas para assistentes sociais e sem dúvida mais trabalho para o setor de segurança pública.

A redução do ritmo de atividades de setor tão fundamental como a construção - que representa quase 8% do Produto Interno Bruto - tem penosos reflexos em todas as outras áreas da economia. Especialistas avaliam que cada emprego na construção civil corresponde a 2,5 empregos nas indústrias fornecedoras de insumos, que constituem um leque muito amplo, que vai desde a olaria e a pedreira até a fábrica de aparelhos de ar condicionado e outros equipamentos domésticos.

O conjunto da construção e seus fornecedores ultrapassa 20% do PIB e pode significar a diferença entre a recessão e a recuperação das taxas de desenvolvimento, da vitalidade da economia e da esperança que a população deposita no governo e no momento brasileiro.

Por isso é com preocupação, Sr. Presidente, que lemos na imprensa que o Governo Federal só terá 8,3 bilhões de reais para aplicar em investimentos no ano que vem. Este valor consta da proposta de Orçamento Geral da União para 1996, que ainda será votada pelo Congresso, e corresponde a apenas 5,75% dos 139 milhões de reais previstos para serem gastos pela administração direta.

Durante a campanha eleitoral, o Presidente Fernando Henrique Cardoso assumiu o

compromisso de investir 100 bilhões de reais em quatro anos - e a proposta trouxe para sua candidatura o apoio de milhões de brasileiros cansados de políticas recessivas e do formulário imposto pelo FMI aos países em desenvolvimento.

Fernando Henrique foi o nome que levou aos lares brasileiros a mensagem da recuperação econômica e apontou um caminho para sair da crise em que o país foi irresponsavelmente lançado pela administração Collor de Mello.

Mas, neste momento, as diretrizes de seu governo e os anseios do povo brasileiro parecem caminhar em direções opostas. Reduzir investimentos significa agravar a recessão, aumentar o desemprego, reduzir a arrecadação dos estados e municípios, aprofundar a crise.

Sabemos todos, Senhor Presidente, que não é esta a vontade do Presidente Fernando Henrique, infelizmente enredado na malha de compromissos do Brasil com um modelo econômico monetarista que tem nos países com alto nível de desenvolvimento está dando certo.

No início do mês, na ONCTAD, a Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento, especialistas do mundo inteiro denunciaram o modelo monetarista, preocupado unicamente em zerar a inflação sem atentar para as consequências sociais dessa política.

A conclusão da ONCTAD é simples e direta o modelo monetarista obrigou governos de todo o mundo a reduzir a taxa de desenvolvimento a 2,5% ao ano, o que é insuficiente para a criação de novos empregos que substituem aqueles que estão desaparecendo em consequências da modernização das empresas e da evolução das máquinas. Está aumentando a dívida interna de países como o Canadá e os Estados Unidos e transferindo os resultados do trabalho de toda a sociedade para um grupo privilegiado de investidores que nada produzem e se limitam a bancar a dívida dos governos.

Trata-se então - e aqui volto o tema do Encontro Nacional da Indústria da Construção - de decidir se a nação quer produção e emprego ou especulação financeira.

Mais do que isso trata-se de decidir entre os interesses de alguns e a vontade do conjunto da sociedade.

Por isso o ENIC de Curitiba é tão importante - porque chega no momento da decisão do conflito entre produção e especulação.

Estamos todos ao lado dos brasileiros empenhados em produzir comprometidos com a criação de empregos, de encomendas às indústrias e em transformar em realidade a esperança de um amanhã mais próspero e mais justo.

Obrigado.

(Termina de Ler)

Por isso eu convoco os Srs. Parlamentares, para que se façam presente, para que prestigiem esta realização no Centro de Convenções de Curitiba entre os dias 4 e 6 do mês que vem no Encontro Nacional de Indústria da Construção, promovido pela Câmara Brasileira da Indústria da Construção e pelo Sindicato da Indústria da Construção Civil no Estado do Paraná.

Concedo o aparte ao Deputado Caíto Quintana.

O Sr. Caíto Quintana - Deputado valho-me do seu pronunciamento porque tinha dados inclusive para um pronunciamento nesse sentido, mas me permita incluir nesse seu pronunciamento a importância realmente da realização no dia 4 e 6 de outubro deste 3º Encontro Nacional de Indústria da Construção.

Para dizer, Deputado Algaci Túlio, a Construção Civil gera 4 milhões de empregos diretos em todo o País, e mais de 10 milhões de empregos indiretos pela capilaridade que atinge de vários setores à própria construção civil, desde o frete até o material, a matéria prima, mão-de-obra, tudo isso. E um dado que eu acho importante se colocar, de que um exemplo típico a Volkswagen que está para instalar uma nova indústria no Rio de Janeiro, com investimento de ordem de 270 milhões de reais, prometendo gerar cinco mil empregos diretos e 25 mil empregos indiretos a partir de 97. Se essa soma de 270 milhões fosse investida na construção civil a geração seria de 54 mil empregos diretos e 162 mil empregos indiretos. Rendendo 108 milhões de pagamentos em salários o Governo recolheria 81 milhões de reais em tributos e área edificada chegaria em 675 mil metros quadrados. Eu acho interessante esse encontro Deputado Algaci Túlio, porque indiscutivelmente a Construção Civil ela é responsável pela geração de emprego no País, e num momento de crise, de falta de emprego é um dos setores que dá resposta imediata.

E dá resposta com mão-de-obra com um setor, em que o Brasil é profundamente carente. Que é exatamente a falta de moradia.

Por isso é de suma importância, eu parabenizo Vossa Excelência esse encontro sediado em Curitiba no dia 4 até o dia 6, que é o Encontro Nacional e que se propõe a debater exatamente essa carência habitacional no País, como também o reflexo que poderia gerar no emprego, na economia se houvesse uma aceleração na questão da Construção Civil no nosso Estado e no nosso País.

Parabenizo Vossa Excelência e tenho

certeza absoluta que a Assembléia, as autoridades do nosso Estado do Paraná participarão desse encontro na busca de uma solução a esse setor que quando desaquecido, gerou inclusive um atraso irrecuperável na questão de residência e moradia em nosso País.

O SR. ALGACI TÚLIO - Agradeço o vosso aparte e no momento em que os números apresentados por estatísticas com relação ao desemprego em Curitiba e mais especificamente, na Região Metropolitana, onde o trabalhador mora e vem trabalhar nas obras na capital do Estado.

Acho importante esse encontro e tenho certeza que desse encontro sairão boas propostas que serão levadas ao Presidente da República, aos órgãos competentes no sentido de que possamos encontrar uma saída para esta crise que não é o desejo do Presidente da República, dos Governadores, mas sim o desejo de encontrar uma saída para a crise.

Tem aparte o Deputado Cezar Silvestri.

O Sr. Cezar Silvestri - Deputado Algaci Túlio, no momento em que o Governo federal reduz os seus investimentos não somente na construção civil, mas em vários setores, um dos motivos, sem dúvida nenhuma, é em função da dívida pública do governo federal que vinha tendo nos últimos anos e isso está comprovado, inclusive no seu pronunciamento Vossa Excelência falava de que isso era uma das principais causas da grande inflação que vivíamos em nosso País, mas, sem dúvida nenhuma, quero me somar ao seu pronunciamento, pela sua preocupação.

Sou engenheiro civil, de formação e tenho a certeza que a construção civil é um dos setores que mais gera emprego no país.

Acho que uma das saídas para o governo, é liberar mais recursos para a construção civil, para que tenhamos um início de desenvolvimento e preocupação para que não haja desemprego em massa que seria um caos a toda a Nação brasileira.

Quero aproveitar esse aparte, se Vossa Excelência me permitir, Deputado, estamos falando em governo federal e o horário da liderança do PSDB já passou, para também parabenizar o Presidente Fernando Henrique Cardoso pela indicação que fez no dia de hoje, da pessoa do ex-Deputado Federal, Euclides Scalco para a Itaipu.

Nós temos uma profunda amizade com o ex-presidente da Itaipu, Doutor Francisco Gomide. Foi professor na Universidade Federal do Paraná, tive oportunidade de trabalhar com ele no Departamento Hidráulico, uma das pessoas mais íntegras que o Paraná já teve na vida pública, Doutor Francisco

Gomide, mas a substituição pelo ex-Deputado Euclides Scalco que tem relevantes serviços prestados ao Estado do Paraná, uma das pessoas mais sérias, mais honestas e íntegras que a política paranaense já teve e nós queremos aqui deixar a posição, não somente do Deputado Cezar Silvestri, mas de toda a Bancada do PSDB, de apoio à indicação do ex-Deputado Euclides Scalco e tenho a certeza de quem ganha com a indicação de Euclides Scalco não é somente a Itaipu, mas o Paraná e o Brasil.

O SR. ALGACI TÚLIO - Me somo nesses cumprimentos, pela indicação dessa figura extraordinária, uma figura humana que aprendi a conhecer e a admirar, Euclides Scalco e isso encerra uma situação de pendência.

Estamos já há quase 9 meses, 10 meses de uma pendência na indicação e de repente o Paraná correu o risco de ver a Itaipu nas mãos, não de um paranaense, mas de alguém que viesse indicado através de uma outra força política que não fosse de interesse ao Estado do Paraná.

Parabenizo o Presidente da República, a classe política do Paraná e nós, paranaenses, porque teremos lá em Itaipu um homem da nossa terra, um homem que conhece a nossa realidade.

Parabéns.

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem) - Acho que passou despercebido o horário do PDT.

Gostaria, em nome da Bancada, cumprimentar o Presidente da República pela nomeação de Euclides Scalco, na Itaipu.

Vi com satisfação, nos jornais a nomeação de Euclides Scalco para Itaipu e isso vem demonstrar a maneira com que o Presidente da República vem conduzindo esse País e procurando colocar as pessoas certas no lugar certo.

Tenho certeza que com a substituição do atual Presidente da Itaipu por Euclides Scalco, ganha o Paraná, ganha o Brasil e ganha o Presidente da República, por ter tido esta altivez de nomear um homem de qualidades reconhecidas por todos os paranaenses.

Era só isso.

O SR. BETO RICHA (Pela Ordem) - Gostaria de parabenizar o Presidente da República pela nomeação, ontem, de Euclides Scalco para a Itaipu Binacional.

Euclides Scalco tem uma vasta folha de serviços prestados não só ao Paraná como a todo o País. Foi também um grande Deputado Constituinte. É pessoa íntegra e séria, nos sentimos felizes por sua indicação.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Ini-

cialmente para registrar a presença, neste Plenário, do ex-Deputado e nosso amigo Heinz Herwig.

Manifesto também meu contentamento pessoal pela indicação do Doutor Euclides Scalco para dirigir Itaipu.

Evidente que no Paraná temos inúmeras pessoas com qualificações para o cargo, mas a história de Euclides Scalco no Paraná é uma história que, realmente, engrandece e enobrece toda classe política.

A ida dele bem como de Brasília de Araújo Neto, ex-Secretário da Agricultura para dirigir aquela instituição, dá-nos a certeza de um gerenciamento correto, sério e acima de tudo competente. E também dar um voto de confiança ao Presidente da República porque com as modificações que procedeu a nível nacional com a vinda de Brasília de Araújo Neto para o Paraná, colocando o seu Secretário pessoal para dirigir o INCRA, fica evidente a disposição do Presidente em promover nesse País uma ampla reforma agrária.

E, finalmente, registrar que na noite de ontem juntamente com o Deputado Augustinho Zucchi, estivemos representando a Assembléia Legislativa no 4º Congresso Iberoamericano de Suinocultura, promovido pela Associação Brasileira de Criadores de Suínos, pelo Sindicato Nacional de Suinocultores e pela Organização Iberoamericana de Porcicultores.

Então a Assembléia lá esteve representada por nós, na condição de Presidente do Bloco Agropecuario e pelo Deputado Augustinho Zucchi na condição de Presidente da Comissão de Agricultura.

O SR. EMERSON NERONE (Pela Ordem) - Queria pedir para registrar a presença do Vereador Jorge Samek na Sessão de hoje. Ele é um dos vereadores mais atuantes que esta cidade já viu e que recupera, no Legislativo Municipal, as funções do Legislativo. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA:

com a presença de 51 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado João Techy, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 242/95, de autoria do Deputado Walmor Trentini, que autoriza a Secretaria de Estado da Segurança Pública a edificar no loteamento Jardim São Jorge, Município de Paranavaí, o Primeiro Distrito Policial da Cidade. PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. e S.P. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 327/95, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, que autoriza o Poder Executivo, firmar convênios com os municípios do Paraná, visando a implantação de redutores de velocidade (lombadas) em frente a todos os estabelecimentos de ensino do Estado do Paraná. PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. e C.O.P.T.C. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 03

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 344/95, de autoria do Deputado Anibal Khury, que objetiva estabelecer normas pertinentes à defesa sanitária vegetal do Estado do Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.A.I.C. **Aprovado.** (Publ. no DA. nº 106, de 30.08.95).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 344/95

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Anibal Khury, objetiva estabelecer normas pertinentes à Defesa Sanitária do Estado do Paraná.

Chamada a opinar, esta Comissão de Constituição e Justiça não encontrou nenhum óbice de natureza constitucional, regimental ou legal nesta proposição que poderá representar um instrumento fundamental para a produção e produtividade agrícola em nosso Estado.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 19.09.95.

(aa) JOEL COIMBRA

Presidente

NELSON JUSTUS

Relator.

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PROJETO DE LEI Nº 344/95

P A R E C E R:

O entendimento desta Comissão já é pacífico, no sentido de aceitar o estabelecimento na matéria que ora se preocupa opinar pelo mérito.

Assim, reiterando o nosso posicionamento, somos de parecer favorável à tramitação normal do projeto de lei em tela.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27.09.95.

(aa) AUGUSTINHO ZUCCHI

Presidente

IRINEU COLOMBO

Relator.

O Projeto irá à Comissão de Saúde.

ITEM 04

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 048/95, de autoria dos Deputados Orlando Pessuti e Miltinho Puppio, que autoriza a realização do Plebiscito para criação do Município de Pirapó, desmembrado do Município de Apucarana, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. (Publ. no D.A. n° 110, de 04.09.95).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 048/95

P A R E C E R:

O Projeto de Resolução n° 048/95, vem acompanhado dos seguintes documentos:

1. Mapas e memoriais descritivos da área a emancipar e da sede urbana;
2. Memorial descritivo feito pelo IAP - Instituto Ambiental do Paraná;
3. Certidão n° 004 - da Prefeitura Municipal de Apucarana, informando sobre o número de imóveis residenciais, comerciais e prestadores de serviços; do Distrito de São Pedro;
4. Certidão n° 005 - Idem do Distrito de Pirapó;
5. Certidão do TRE - Juízo Eleitoral sobre o número de eleitores;
6. Representação subscrita por mais de 100 (cem) assinaturas;
7. Censo Demográfico do IBGE, dando a posição da população dos distritos de Pirapó e São Pedro.

Assim, por entender que está acostado ao Projeto todos os documentos necessários, esta relatoria apresenta seu parecer favorável.

É o Relatório.

Sala das Comissões, em 27.09.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

TOTI COLAÇO - Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Beto Richa, com apoio do Senhor Cezar Silvestri, constante do expediente, solicitando a retirada de votação do Projeto de Resolução n° 048/95, por 1 (uma) Sessão. - **Aprovado.** Fica portanto, adiada a discussão do Projeto de Resolução n° 048/95, por 1 (uma) Sessão.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - O entendimento que temos com o Deputado Beto Richa que seria para a 2.ª discussão

do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Prevalendo o entendimento, transfiro para terça-feira.

ITEM 05

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 051/95, de autoria dos Deputados Anibal Khury e Albanor Gomes, que altera a redação do art. 1° da Resolução n° 69/90 de 11 de outubro de 1.990. (Transferência Territorial do Município da Lapa para o Município de Balsa Nova). Com PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.**

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 051/95

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1° - Fica alterada a redação do art. 1°, da Resolução n° 069/90, de 11 de outubro de 1.990, que autorizou a realização de plebiscito em áreas territoriais do Município da Lapa, objetivando a anexação deste território ao Município de Balsa Nova.

Art. 1° - Fica autorizada a realização de plebiscito nas áreas denominadas Tijuco, Imbituva e Pavão, pertencentes ao Município da Lapa, a fim de que a população seja consultada, objetivando a anexação deste território ao Município de Balsa Nova.

"Começa no Rio Iguaçu, na Foz do Arroio Passo da Guarda, até encontrar a estrada Balsa Nova e Contenda, segue por esta até encontrar a estrada que dá acesso a comunidade de Pavão, segue por ela até encontrar o Rio Vaca Gorda, segue por este até encontrar o Rio Corisco, deste desce até encontrar o Rio Iguaçu, subindo por este até o ponto de partida."

Art. 2° - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala ds Sessões, em 14.09.95.

(aa) ALBANOR GOMES E ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

Necessário se faz a aprovação deste projeto de resolução, corrigindo o memorial descritivo da Resolução n° 069/90, de 11 de novembro de 1.990, tendo em vista que parte do território do Município da Lapa ali descrito já foi incorporado ao Município da Contenda, através da Lei n° 10.707, de 08 de fevereiro de 1.994.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 051/95

P A R E C E R:

O presente Projeto de Resolução de autoria dos Nobres Deputados Anibal Khury e Albanor Gomes tem por objetivo alterar a redação do artigo 1° da Resolução 69/90.

Faz-se necessário a aprovação deste Projeto, pois corrige o memorial discritivo, transferindo território da Lapa para Balsa Nova, uma vez que já incorporado ao Município de Contenda.

Em face do exposto, apresento parecer favorável a normal tramitação por esta Casa de Leis.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27.09.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

EDUARDO TREVISAN - Relator

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Decreto Legislativo nº 008/95, de autoria da Comissão Executiva, que referenda Decretos do Poder Executivo, concernentes a Lei nº 11.066, de 01 de fevereiro de 1995. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. (Publ. no D.A. nº 93, de 10.08.95).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 08/95 VOTO EM SEPARADO

O presente Projeto de Decreto Legislativo objetiva submeter ao referendo desta Casa de Leis os Decretos do Poder Executivo decorrentes da Lei nº 11.066, de 1º de fevereiro deste ano.

Como é sabido, a Lei nº 11.066/95 criou as Secretarias da Indústria, Comércio e Desenvolvimento Econômico, do Governo, da Criança e Assuntos da Família, do Emprego e Relações do Trabalho, do Esporte e Turismo, e de Obras Públicas; modificou a estrutura das Secretarias da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e da Casa Civil; e extinguiu a Secretaria do Trabalho e Assistência Social. Além disso, reestruturou cargos, fundações, entes autárquicos, e adequou as verbas do orçamento vigente à nova estrutura administrativa.

De acordo com os arts. 15 e 16 da referida Lei, o Poder executivo poderia, por meio de Decretos, definir a estrutura interna e os regulamentos dos órgãos criados ou atingidos por ela, e readequar as verbas do orçamento vigente, condicionando-se tudo ao referendo desta Assembléia, dentro de um prazo de 90 dias a partir de cada Decreto.

O Poder Executivo baixou os Decretos necessários a regulamentar a Lei.

Dentro do prazo de 90 dias a partir da data de suas publicações, o Executivo enviou a esta Casa os referidos Decretos, os quais, neste momento, são objeto do presente Projeto de Decreto Legislativo.

O envio ocorreu no dia 02 de maio deste ano. Houve uma demora burocrática da Mesa desta Casa para colocar o tema em discussão, mas os Decretos aqui chegaram dentro dos noventa dias consignados na Lei, não se verificando nenhuma irregula-

ridade quanto a este ponto.

O que se questiona e se torna objeto da análise desta Comissão de Constituição e Justiça é se existe a eiva de inconstitucionalidade nos Decretos mencionados, e por consequência no Projeto de Decreto Legislativo nº 08/95.

Apresentam-se aprioristicamente dois pareceres oriundos desta Comissão. O primeiro da lavra do nobre colega Nelson Justus, Relator designado, que entendeu não haver óbices para que os Decretos recebessem o referendo. E um segundo parecer, constituído de voto em separado, do ilustre Deputado Emerson Nerone, em que atribuiu a mancha da inconstitucionalidade a artigos da Lei nº 11.066/95.

Ao editar os Decretos previstos nos arts. 15 e 16 da Lei nº 11.066, o Chefe do Poder Executivo nada mais fez do que dar cumprimento à própria Lei. Fazê-lo de forma diferente seria violar a Lei que esta Casa aprovou e que o próprio Governador sancionou.

O Governo atual vinha de sua posse recente. E já no início de sua gestão, ainda sob os focos da legislatura anterior, quis imprimir à administração pública estadual a marca de sua filosofia de Governo, e demonstrar, de forma efetiva, as prioridades eleitas por sua equipe.

Se o novo Governo estava, ou não, no caminho certo, só o tempo dirá. O que cabe verificar é que esta Casa concedeu ao novo ocupante do Palácio Iguaçu o voto de confiança necessário às modificações requeridas, para que não se debitasse a este Poder Legislativo qualquer tropeço inicial, ou qualquer dificuldade de adaptação da estrutura antiga à nova filosofia de administração.

Tivesse o Governo deixado de baixar os Decretos recomendados pela Lei nº 11.066, e estaria ferindo a legislação em vigor, podendo por isso ser responsabilizado.

Tanto a Carta Magna (art. 61, § 1º, inciso II, letra "a"), quanto a Constituição do Estado do Paraná (art. 66, I e IV) estabelecem que as leis criadoras de cargos e modificadoras da estrutura organizacional do Estado são de iniciativa exclusiva do Poder Executivo.

A Lei nº 11.066/95, que se enquadra nos artigos constitucionais referidos, nasceu de iniciativa do Poder Executivo Estadual, guardando, nesse ponto, estrito respeito às normas constitucionais invocadas.

Ao estabelecer a estrutura interna e os regulamentos dos órgãos criados, bem como ao distribuir entre as várias secretarias os cargos nascidos em sanção da lei 11.066, estava o Poder Executivo exercitando, dentro de estreitos limites legais, a atribuição que esta Casa lhe outorga. A

edição de cada decreto funcionou como regulamentação ao dispositivo legal invocado. Sobre isso, pode-se colher a lição de José Afonso da Silva, assim exarada:

"O princípio (do regulamento de execução) é o de que o poder regulamentar consiste num poder administrativo no exercício de função normativa subordinada, qualquer que seja seu objeto. Significa que se trata de poder limitado. Não é poder legislativo; não pode, pois, criar normatividade que inove a ordem jurídica. Seus limites naturais situam-se no âmbito da competência executiva e administrativa, onde se insere. Ultrapassar esses limites importa em abuso de poder, em usurpação de competência, tornando-se írrito o regulamento dele proveniente."

(Curso de Direito Constitucional, Malheiros Editores, São Paulo, 9.^a edição, 1992, p.372)

Ao trazer para o referendo desta Casa os Decretos que refletiam o exercício do poder outorgado, o Executivo espancou com a marca da legalidade qualquer sombra que pudesse pairar sobre aqueles atos. Não estava ele exorbitando de suas funções, nem subtraindo atribuições próprias do Poder Legislativo. Ao contrário, exercia o poder regulamentar, que caracteriza a edição de decreto, e ainda submetia ao crivo desta Casa a edição de cada um deles, para que, ao receber o referendo, mais ainda se firmasse a marca da legalidade e a submissão a este Poder Legislativo.

O parecer do ilustre Deputado Emerson Nerone invoca a inconstitucionalidade do art. 15 da Lei 11.066/95, afirmando que o Chefe do Poder Executivo não poderia enumerar as atribuições das Secretarias de Estado por decreto, ou dispor sobre a lotação dos cargos comissionados, com expressão ofensa ao art. 66 da Constituição Estadual.

Ora, o art. 66 da Constituição Estadual refere que são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre as atribuições das Secretarias.

Isso quer dizer que somente o Governador tem o poder de iniciativa para esse tipo de lei. E no caso concreto se vê que esse poder de iniciativa foi plenamente exercitado pelo Governador, com exclusividade, quando ele enviou para esta Casa o projeto que se transformou na Lei n° 11.066. Logo, no envio do Projeto de Lei a esta Casa não ficou patenteada a marca da constitucionalidade.

O art. 66 quer ainda demonstrar que a criação e atribuições das Secretarias de Estado devem passar pelo Legislativo. E isso está acontecendo duas vezes: na primeira, quando esta Casa apreciou e votou a Lei n° 11.066; e na segunda, que ocorre

neste momento, quando esta Assembléia referenda, sem deixar de exercer o poder de rejeição, os Decretos que concretizaram a reforma administrativa paranaense.

Observe-se outro aspecto da questão.

O nobre Deputado Emerson Nerone busca levantar nesta arena a inconstitucionalidade do art. 15 da Lei n° 11.066.

Ora, essa lei está em pleno vigor. Ela, no seu todo, tem caráter de constitucionalidade, pois teve origem no Poder Executivo, passou pelo processo legislativo desta Assembléia, foi aprovada em plenário e foi sancionada e publicada. Não pode, agora, ser alterada por esta Casa, a não ser por meio de um projeto de lei modificador.

Quisesse alguém invocar qualquer inconstitucionalidade do art. 15 ou de qualquer artigo da lei, deveria fazê-lo pela forma própria prevista no art. 103, IV, da Constituição Federal.

A esta Assembléia falece o direito de levantar a inconstitucionalidade de artigo de lei estadual em vigor. Essa função só pode ser exercida pelo Supremo Tribunal Federal, nos termos do art. 102 da Constituição Federal, uma vez que haveria confronto dessa norma com o disposto no art. 61, § 1º, inciso II, letras "a" e "b" da Carta Magna.

Mesmo que se entenda que o art. 15 (ou qualquer outro) da Lei n° 11.066/95 seja inconstitucional à luz apenas da Carta Estadual, ainda assim a forma de arguição dessa pseudo ou possível inconstitucionalidade seria aquela prevista nos arts. 101, VII, letra "f", e 111, da Carta Estadual, ou seja, a questão deveria ser levada para o foro competente, que é o Poder Judiciário.

Não se pode admitir que esta Comissão usurpe as funções do Poder Judiciário para proclamar a inconstitucionalidade do art. 15 da Lei n° 11.066.

Aliás, deve-se lembrar que essa lei foi aprovada ainda este ano, e na oportunidade de sua elaboração legislativa todos os membros desta Casa, de modo individual, ou reunidos em comissões ou no Plenário, tiveram a oportunidade de levantar qualquer vício por acaso existente naquilo que ainda era projeto. Como esta Casa concordou naquele momento com a constitucionalidade dos dispositivos em discussão, esgotou sua atribuição, esgotou seu poder. Agora, somente o Poder Judiciário pode ser convocado para dizer da Constitucionalidade do artigo atacado.

Tudo isso pode ser reprisado em relação ao art. 16 da mesma Lei n° 11.066, também atacado pelo nobre Deputado Emerson Nerone, ou seja: esta Casa não tem competência para declarar a inconstitucionalidade de lei em vigor. Esta competência é

do Poder Judiciário.

O que se conclui de todo o exposto é que, ao submeter ao crivo desta Assembléia Legislativa todos os Decretos que nasceram da Lei nº 11.066, o Governo do Estado nada mais faz do que cumprir disposição expressa em lei.

Por seu lado, ao discutir cada Decreto e referendá-lo, esta Casa também cumpre dispositivo legal.

Não se vislumbra, na edição dos Decretos, qualquer usurpação de poderes, nem se vê como poderia estar o Poder Executivo cerceando a atuação do Poder Legislativo.

Na análise dos Decretos, esta Casa pode exercitar sua atribuição legislativa, todo seu poder, e pode atuar com independência e autonomia. O envio dos Decretos, dentro do Prazo previsto nos arts. 15 e 16, mostram que o Poder Executivo está preocupado com o respeito à lei.

Tudo isso exposto, profiro este Voto em Separado é no sentido de que o Projeto de Decreto Legislativo nº 08/95 guarda respeito à Constituição Federal e à Estadual, e pode ser enviado à discussão em plenário.

É o voto.

Sala das Sessões, em 26.09.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

EDUARDO TREVISAN - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 08/95

P A R E C E R:

O projeto de decreto legislativo em epígrafe, de autoria da Mesa Executiva, referenda decretos do Poder Executivo editados nos termos dos artigos 15 e 16 da Lei nº 11.066, de 1º de fevereiro de 1995.

São cinquenta e sete decretos que passamos a analisar:

1 - Decretos nºs. 206 a 230, 641, 673, 696 a 702, que tratam de atribuições de Secretarias de Estado e distribuição de cargos em comissão são inconstitucionais nos termos do fundamento jurídico consignado no artigo 66, inciso IV, da Constituição Estadual, norma que exige para a criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública a edição de lei.

2 - Decretos nºs. 380, 411, 412, 416, 420, 489, 492, 519, 523 e 526, tratam da criação de novos programas em rubricas orçamentárias. Esses decretos são inconstitucionais nos termos dos seguintes fundamentos jurídicos:

a) Artigo 167, inciso I, da Constituição Federal, que veda o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual;

b) Artigo 135, inciso I, da Constitui-

ção Estadual, que consigna a mesma vedação, tornando sem amparo os decretos enumerados.

3 - Decretos nºs. 679, 681, 682, 683, 686 a 690, 692 a 695 e 705, tratam da abertura de créditos suplementares. Esses decretos são inconstitucionais e ilegais porque ferem os seguintes dispositivos:

a) Artigo 167, incisos V, VI e VII, da Constituição Federal, que vedam a abertura de crédito suplementar sem autorização legislativa; o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa; a concessão ou utilização de créditos ilimitados;

b) Artigos 42 e 43 da Lei nº 4.320/64, que exigem para a abertura de créditos suplementares a prévia aprovação legal, com a indicação de recursos disponíveis para acorrer à despesa e precedida de exposição justificada.

4 - O Decreto Legislativo nº 08/95, de autoria da Mesa Executiva da Assembléia Legislativa, não tem o condão de sanar a inconstitucionalidade dos decretos referendados, porque esses têm como base os artigos 15 e 16 da Lei nº 11.066, de 1º de fevereiro de 1995, que também são inconstitucionais nos termos dos fundamentos jurídicos supramencionados.

Em face do exposto, emitimos nosso voto contrário à tramitação do Projeto de Decreto Legislativo nº 08/95 e sugerimos seja oficiado ao governador do Estado, solicitando ao mesmo que envie à Assembléia lei contendo a reforma administrativa, bem como regularize a abertura dos créditos suplementares que excedam o limite orçamentário através do envio de leis a esta Casa.

Vale lembrar que a prática adotada pelo Governo do Estado do Paraná seria legítima se a Constituição Federal promulgada em 1988 tivesse recepcionado o contido no artigo 81, inciso V, da Constituição Federal de 1967, que atribuía ao Poder Executivo competência para "dispor sobre a estruturação, atribuições e funcionamento dos órgãos da administração federal" através de decreto. Contudo, a legislação da época ditatorial foi alterada e nós temos o "dever" de cumprir a Constituição Federal.

Sala das Comissões, em 21.09.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

EMERSON NERONE - Relator

Em Discussão.

O SR. EMERSON NERONE - Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Sr. Presidente, com referência ao item nº 4, Projeto de Resolução nº 048/95, pelo que nos informa o Deputado Beto Richa o requerimento é para a segunda discussão do projeto. Portanto, nós deveríamos colocar o projeto para ser apreciado em primeira discussão.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O projeto já foi aprovado em primeira discussão.

O SR. EMERSON NERONE (Para Encaminhar) - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Passamos a analisar o Projeto de Decreto Legislativo nº 08/95, que passou como um trator na Comissão de Constituição e Justiça, que segundo informações dos próprios governistas também seria como um trator hoje aqui. Tive a oportunidade em outros momentos de fazer uma definição do trator, não vou fazer, porque acho que precisamos de uma discussão jurídica mais séria e mais correta do que aquela que um trator consegue fazer em cima de tal projeto que muda a estrutura do Estado, remaneja e distorce completamente a lei orçamentária aprovada aqui na Assembleia Legislativa o ano passado e cria programas governamentais em número de dez que ferem e que mudam completamente os programas iniciados anteriormente pelo Governo e a lei orçamentária é exatamente a lei que prevê que a continuidade das obras das cidades e administração para administração, de administrador para administrador e é regida por leis federais. E como é regida por leis federais, no que toca a remanejamento orçamentário e no que toca a programas orçamentários, no artigo 167 da Constituição Federal, onde diz que é vedado o início de programas não incluídos na lei orçamentária anual e na lei estadual que diz a mesma coisa no artigo 135, independente da aprovação ou não no início do ano pela Assembleia Legislativa do Projeto de Lei 11066 que pedia nos seus artigos 15 e 16 liberdade incondicional para que o Governador do Estado reformulasse a estrutura e o orçamento do Estado nos seguintes termos: Artigo 15 - a estrutura interna e os regulamentos dos órgãos criados, ou atingidos pela presente lei serão definidas através do chefe do Poder Executivo, "ad referendum" da Assembleia Legislativa, e o "ad referendum" foi ainda uma emenda da Bancada do PMDB, não teria nem o "referendum" da Assembleia Legislativa, seria uma carta em branco sem o envio a Assembleia Legislativa e no artigo 16 fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a readequar as verbas do orçamento vigente.

A discussão se deu amplamente na Comissão de Constituição e Justiça, houve a

tratorada, houve a afirmação de que seria tratorada, mas como feriam as leis federais e se desconheceu as leis federais lá no Poder Executivo, eu gostaria de apenas chamar a atenção dos Senhores médicos, já que a questão jurídica foi deixada de lado por um trator, aos Senhores médicos desta Casa, se um dia viermos a aprovar uma lei nesta Assembleia Legislativa, esquecendo a Constituição Federal e permitindo através da Assembleia Legislativa o aborto ou a eutanásia, Senhores médicos, a lei federal é clara na proibição do aborto e da eutanásia. Caso os Senhores Deputados médicos, os Senhores cometam a eutanásia e cometam o aborto, nos seus consultórios, embasados numa lei estadual que fere a Constituição Federal, Senhores médicos, os Senhores vão ser responsabilizados criminalmente e vão responder processo por causa disso.

O Governador do Estado que tem o Poder Legislativo para fiscalizá-lo, mas que tem a obrigação de ter um poder fiscalizador interno, não poderia, em cima de uma Lei estadual ferir e desconhecer completamente as leis federais.

Aos Srs. médicos que vão votar hoje, nesta Casa, já que juridicamente o Governo fez uma defesa somente em cima dessa Lei estadual, aos Srs. médicos o dia em que estiverem diante de uma situação parecida com esta, não cometam aborto e nem eutanásia que foi cometido pelos juristas desta Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em Votação o Projeto. **Aprovado.**

Votos contrários da Bancada do PT e do PMDB.

Sobre a mesa, Requerimento nº 2837, de autoria do Sr. Deputado Toti Colaço, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2826, 2827 e 2835, de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2828 e 2829, de autoria do Sr. Deputado Dr. Rosinha, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2831, de autoria do Sr. Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2820, 2832 e 2836, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2822, de autoria do Sr. Deputado Luiz Cláudio Romanelli, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2833, de autoria dos

Srs. Deputados Duílio Genari, Albanor Gomes, Toti Colaço, Nereu Moura e Joel Coimbra, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. CEZAR SILVESTRI - Sr. Presidente, não sei se é possível fazer requerimento verbal, mas eu gostaria de fazer um requerimento, depois eu mando por escrito, ao Presidente Fernando Henrique de voto de congratulações pela indicação de Euclides Scalco.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Assembleia aprovou requerimento, por unanimidade mas o nome de V.Exa. também será incluído.

Requerimento nº 2839, de autoria dos Srs. Deputados Valdir Rossoni, Beto Richa, Caíto Quintana, Cezar Silvestri, Algaci Túlio e demais Srs. Deputados, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando uma sessão extraordinária para logo após o

término desta sessão, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 051/95.

Marca ainda uma sessão ordinária, para terça-feira, dia 3, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 475/93.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Resolução nº 048 e do Projeto de Decreto Legislativo nº 008/95.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs: 129, 350, 351, 352 e 357/95, e do Projeto de Resolução nº 032/95.

Levanta-se a sessão.